

Situação se agrava e Reitoria denuncia acordos trabalhistas

A semana passada trouxe uma significativa mudança de rumo na crise da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A Reitoria, alegando incapacidade econômico-financeira da Instituição de honrar, na data aprazada, o reajuste de 7,8%, denunciou o Acordo Trabalhista de Professores e Funcionários. Embora o reitor tenha dito à APROPUC que muito lhe desagradava o termo "denúncia", a mesma foi divulgada em documento endereçado a toda a comunidade. As cláusulas sociais, segundo o documento da Reitoria, continuarão vigorando até 31/12, período em que a direção da universidade pretende renegociá-las.

Na reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consun) que debateu a crise, vários conselheiros discordaram da intenção da Reitoria de levar a discussão do acordo trabalhista a uma instância externa à PUC, enxergando na universidade a capacidade de resolver internamente seus problemas.

O conselheiro Anselmo Antonio da Silva criticou duramente o discurso levado ao Consun pela Reitoria, lembrando que na campanha

salarial deste ano o vice-reitor administrativo Eduardo Moreira dizia que, para a PUC, fechar 2003 com um déficit de R\$ 13 milhões era suportável. Além disso, dizia-se que os problemas no caixa da universidade concentravam-se no primeiro semestre do ano, e que o parcelamento do reajuste dos salários possibilitaria seu pagamento.

Ao final da reunião, o conselho fez um apelo para que a direção da universidade e os trabalhadores procurassem chegar a um acordo sem buscar mecanismos externos.

Os funcionários discutem a situação em assembléia nesta segunda-feira, 6/10, às 14h. Já os professores têm a sua assembléia marcada para quarta-feira, 8/10, às 18h, na sala P-65.

Este número especial do *PUCviva* pretende dar continuidade à discussão sobre a crise da PUC, trazendo novos depoimentos de professores, estudantes e funcionários, e divulgando documentos recentes que marcam as posições das associações frente à situação da universidade.

Nos próximos números, pretendemos continuar com o debate. Dessa maneira, estaremos abertos para a publicação de opiniões de professores, funcionários e estudantes.

Salários de setembro

Somente 70% do salário líquido de setembro (efetuando-se a totalidade dos descontos) serão pagos aos

professores da PUC nesta segunda-feira, 6/10. Porém, tanto professores como os funcionários que recebem mais de R\$ 1.605 não receberão os 7,8% de reajuste salarial acordado em março/2003. Até o fechamento desta edição, não havia previsão sobre a data de pagamento dos 30% restantes.



Unir para enfrentar a crise

A última assembléia dos professores teve a expectativa de discutir a greve contra os atrasos salariais, que chegaram a três depósitos no mês de setembro. A parcela dos professores dependentes, sem atenuantes, dos salários da PUC, expressou a necessidade de responder coletivamente com a paralisação das atividades, sem o que não via outra saída. Mas a Reitoria anunciou o pagamento para o dia seguinte. A greve, assim, deixou de ser discutida.

O certo é que deveria ter sido colocada, independente do anúncio do pagamento. A razão está em que é preciso tomar consciência de que a greve é um instrumento coletivo, que não só serve como defesa mas também para colocar os trabalhadores numa posição estratégica diante da crise, que não se limita ao atraso salarial. Ainda que não fosse para decretá-la naquele momento, dado que os salários estariam sendo completados no dia seguinte, deveria ser colocada como método coletivo de responder ao conjunto de medidas que afeta as relações trabalhistas e as condições de ensino da Universidade.

Os setores que ainda não atentaram para o que está acontecendo e mesmo aqueles que não têm ido às assembléias por acharem que não há muito o que ser feito terão de ser motivados a compreender a responsabilidade social e educacional de defender as condições de trabalho e ensino.

A tão valorizada distinção da PUC das demais escolas particulares, pelas formas contratuais, salariais, acadêmicas e, sobretudo, pelo nível de democracia universitária – a ponto de se obscurecer o fato de que a PUC é uma escola tão privada quanto as outras – não pode ser esquecida como conquista dos três setores

(professores, funcionários e estudantes), que têm tradição de luta. Há uma interligação entre esses quatro aspectos. Permitir que um deles seja atingido é abrir caminho para retrocessos.

Chama a atenção o fato de setores que mais ressaltaram e ressaltam o diferencial trabalhista, educacional e democrático da PUC, se encontrarem no impasse diante das pressões da crise e das medidas financeiras/trabalhistas da Reitoria. É verdade que as assembléias rejeitaram o pacote de conjunto. O problema está em que a rejeição implica enfrentar a determinação da Reitoria de aplicar suas medidas.

A dificuldade de entender a necessidade de união dos três setores, como apareceu na discussão de constituição do Fórum, expressa a falta de convicção de que há que se lutar firmemente contra a eliminação de conquistas que fizeram a distinção da PUC privada das demais universidades mercantis.

A Reitoria deixou claro seu percurso. Irá aplicar parceladamente e por etapas seu plano. O que lhe será favorável. Conta com estilhaçamento da visão dos professores sobre a crise e quanto ao distanciamento do imperativo de colocar a unidade dos três setores que compõem as forças vivas da Universidade. É preciso reverter esse estilhaçamento para resistir coletivamente ao caminho da racionalidade mercantil, que certamente não se encerrará com essas medidas da Reitoria.

Devemos fortalecer as respostas que unem os três setores, por meio de assembléias, comitês, Fórum e formas de luta coletiva. A Carta Aberta das entidades é bom posicionamento político, para se chegar à unidade na ação.

*Erson Martins,
Diretor da Apropuc.*

Semana Cultural AFAPUC

Conversa sobre *Os Sertões*, de Euclides da Cunha

Dia 8/10/03

das 12 às 14hs. – vídeo *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos*, de Antonio Olavo (78min.)

Dia 10/10/03

das 12 às 14hs. – Debate com Ana Amélia da Silva (Pós em Ciências Sociais da PUC-SP), Eduardo Viveiros (AFAPUC) Erson Martins (APROPUC), José Diógenes Ferreira dos Santos (Universidade Estadual de Feira de Santana – BA)

Local: Auditório Banespa, Biblioteca do Campus Monte Alegre, PUC-SP.

Durante a semana acontecerão diversos eventos esportivos e culturais, que serão comunicados a todos os funcionários

O Tuca e a cultura na crise da PUC-SP

O Tuca ficou pronto antes do tempo. O cronograma inicial de obras que “previa a reabertura do teatro somente para 2004, foi revisto, prevendo-se agora para 22 de agosto de 2003 a reinauguração do Tuca” (depoimento da professora Angela Sprenger, coordenadora do projeto de reforma, no *PUCviva* n.º 422, de 2/12/2002). Melhor assim, sobra tempo para solicitar à empresa que executou a reforma a reparação de eventuais problemas que somente o uso do espaço pode detectar, como o atual vazamento de som dos anfiteatros do saguão superior para o palco principal (e vice-versa), e deste para o Tucarena. A equipe do teatro deve ser ouvida, afinal conduziu o *velho barco* durante anos, improvisando soluções, adaptando e criando espaços (como o Tuquinha) e condições para o trabalho acadêmico e artístico. A experiência dos *lobos do mar* conta muito, quando o Tuca ressurgiu num moderno *transatlântico*.

A crise da PUC manifesta-se de diferentes maneiras. Falando de cultura, gostaria de formular algumas perguntas que precisam encontrar resposta: a Escola de Atores será mantida no novo Tuca, agora que os problemas burocráticos com Prefeitura e Estado, que impediam sua oficialização, foram superados com a reforma? O teatro tem equipamento de luz (finalmente!), mas onde está o equipamento de som, não vai ser comprado com a verba da reforma? Como construir, democraticamente, o projeto cultural de uma universidade que tem um espaço cultural como o Tuca? Como fazer para que o Tuca não receba *apenas*

produções externas de apelo unicamente comercial, financiadas pela renúncia fiscal das leis de incentivo à cultura (dinheiro público para *marketing* das empresas *patrocinadoras*)?

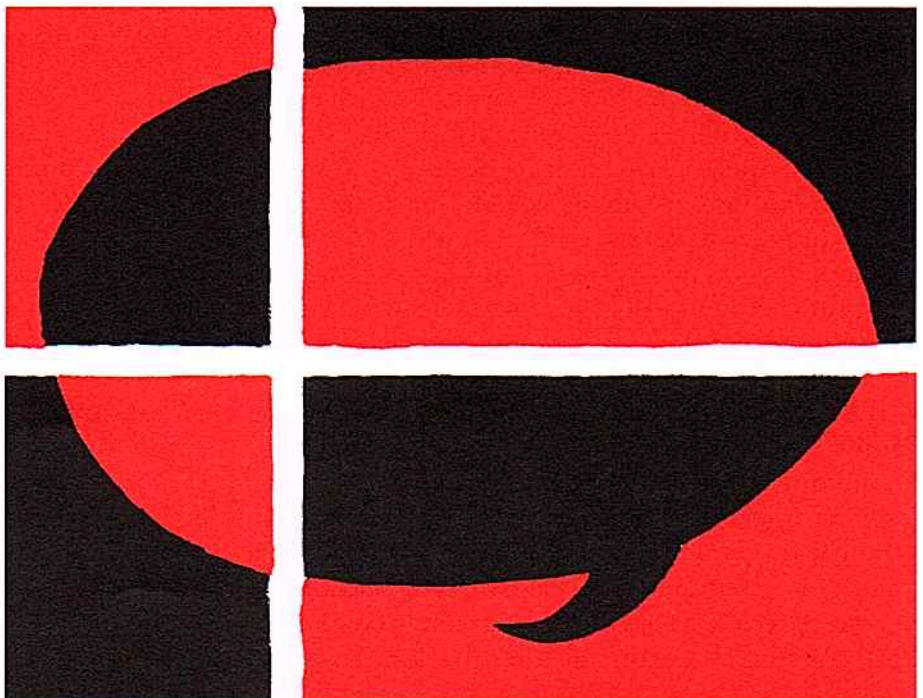
Cultura não dá lucro, exige financiamento, subsídio, investimento a fundo perdido, patrocínio, mecenato. Como está a captação de recursos para produção artística *do Tuca*? Cultura não é pérola para poucos e bons, é para o povo inteiro. Não pensemos num teatro como *fonte de recursos*. Ele não é conta corrente. É *contracorrente*. É um par de tábuas, dois atores e uma paixão. Mas também é casa nova, cheirando a sonho. O teatro é parte da crise, é cultura na crise, é crítica, é um problema para *burrocratas* e economistas que só cortam, retalham, fatiam a vida, os sonhos, as idéias.

A PUC aproxima-se da *tragédia* liberal com medidas financeiras e atitudes políticas que constroem o medo, adiam a esperan-

ça e apontam uma perspectiva, o *crescimento*, para além de 2004. Como em *Depois da Queda* (1964), de Arthur Miller, há um personagem buscando a redenção de suas culpas e há um símbolo renovado, o Tuca. Felizmente, um símbolo de liberdade, não de opressão. Que *acorrosiva insignificância* (Raymond Williams, *Tragédia Moderna*, 2002) de aspirações mesquinhas não transforme o teatro em signo da *queda* da PUC-SP. Qualquer semelhança detectada com pessoas e instituições, vivas ou mortas, é mera consciência... É um beco, mas há saída.

P.S.: em outra oportunidade, analisaremos a montagem didática de *Depois da Queda*, apresentada pelos alunos do 3.º ano da Escola de Atores do Tuca, de 26 a 28/9/03, no Tucarena.

Eduardo Viveiros é funcionário da pós-graduação e aluno do doutorado em Ciências Sociais



Para enfrentar a crise da PUC-SP

A Reitoria afirma que a universidade está em crise, apresentando a previsão de um déficit operacional de 17,2 milhões. Desde junho, os salários dos professores vêm sofrendo atrasos. Fato esse que afeta o equilíbrio das relações de trabalho e ameaça o funcionamento da universidade.

Como solução para o desequilíbrio, a Reitoria chamou os órgãos colegiados e as associações representativas dos docentes e funcionários (APROPUC e AFAPUC) a assumir um conjunto de medidas que atinge os salários, os contratos de trabalho e as condições de ensino. Se implantadas, representarão um retrocesso em todos os aspectos.

Os protegidos serão os bancos credores, que ganham quase R\$ 1 milhão por mês em juros, segundo dados da Reitoria. Uma fábula que alimenta o parasitismo financeiro.

As planilhas apresentadas e utilizadas para demonstrar a crise financeira, bem como para convocar os trabalhadores da educação a arcar com perdas salariais e reduções contratuais, não passam de uma peça contábil. O histórico do rombo, suas fontes e sua extensão não puderam ser verificados por uma auditoria controlada coletivamente pelos três setores que compõem a universidade. Ficamos à mercê de uma contabilidade que responsabiliza a folha salarial, a relação professor/número de alunos em sala de aula, direitos trabalhistas conquistados pelas associações, alunos inadimplentes, etc..

A saída, portanto, seria a da racionalidade empresarial, típica do ensino mercantilizado. Ou seja, exploração do trabalho e altas mensalidades.

O pacote de medidas é apresentado como solução pontual para o desequilíbrio. No entanto, sabemos que, uma vez assumido o curso do retrocesso de conquistas sociais, no interior de uma universidade particular, que se distingue justamente das demais pelas conquistas trabalhistas, educacionais e democráticas, alcançadas com movimentos coletivos, o que se pode esperar são novas medidas mercantilistas.

A Reitoria afirma que bastaria o corte de 10% na folha e obter o pagamento das mensalidades dos inadimplentes para retomar o controle das contas.

Por si só, tal medida constituiria uma solução traumática para trabalhadores e estudantes que já não conseguem arcar com o peso das mensalidades. O que parece ser uma resposta puramente emergencial constitui a abertura de um processo em que se

reforçam as características de ensino mercantil.

A tendência é o custo da educação se tornar cada vez mais pesado, recaindo sobre os estudantes e os trabalhadores. É fundamental, portanto, que as forças sociais se contraponham a esse caminho, colocando a contradição entre ensino empresarial e o ensino público e gratuito, laico e científico.

A idéia de que a crise só pode ser enfrentada com cortes contratuais, reajuste das mensalidades acima do reajuste salarial, aumento do número de alunos em sala de aula, não devemos aceitar. A defesa do direito ao ensino a todos, em todos os níveis, certamente, pressupõe a defesa do ensino público em contraposição à mercantilização.

A crise da PUC não é um fato isolado. O que expõe a gravidade da situação do ensino universitário, já extremamente elitizado. Justamente o quadro de decomposição mais ampla da educação em todos os níveis deve ser considerado neste embate que se abre na PUC, com as medidas que se convertem em retrocesso das condições de trabalho e ensino. É nesse sentido que o Comitê de Mobilização de estudantes, funcionários e professores chama os três setores a discutir, a se posicionar e a lutar contra a via mercantilista de resolver a crise.

Devemos, de imediato, exigir a abertura das contas da universidade e o perfeito esclarecimento da procedência da dívida. Devemos reforçar que os corpos discente, docente e o de funcionários sofrem um ataque de conjunto aos seus direitos com o pacote de medidas, adaptadas ao modelo neoliberal da educação e à crescente elitização do ensino.

É fundamental entender a necessidade de estarmos unidos na luta contra a via de solução empresarial. Também é necessário enfrentar as tentativas de divisão e isolamento dos três segmentos da universidade para se impor um plano negado pelas assembléias dos trabalhadores da PUC. É necessário e urgente que os três setores desta universidade se unifiquem nos princípios e na luta contra o ensino mercantil, que tenham como eixo a defesa dos direitos, nenhum aluno fora da PUC e pela universidade pública, gratuita e científica.

APROPUC – Associação dos Professores da PUC-SP

AFAPUC – Associação dos Funcionários da PUC-SP

CCA – Conselho dos Centros Acadêmicos da PUC-SP

Crise em debate também na pós-graduação

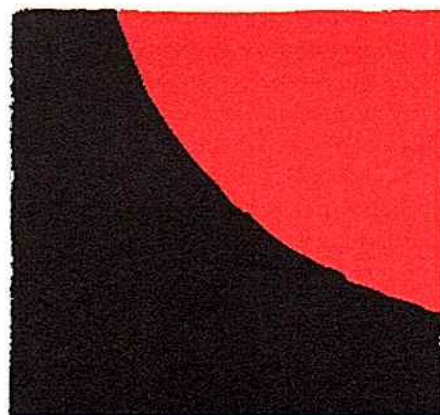
Abaixo reproduzimos um documento elaborado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS)

Seguindo a tradição do Programa e as normas que o regem, o Programa de EHPS se reuniu em Assembléia no dia 01/10/2003, para discutir a grave crise que assalta a PUC-SP. Estavam presentes: a quase totalidade dos corpos docente, discente (mestrandos e doutorandos) e administrativo, o presidente e membros da diretoria da AFA-PUC, a presidenta da APROPUC, bem como docentes convidados de outros Programas e do Centro de Educação, perfazendo um total de pouco mais de 100 participantes.

Após os informes, o diagnóstico preliminar de cada um dos segmentos da comunidade universitária ali presentes (funcionários, alunos e professores), e as discussões que se seguiram, a Assembléia deliberou, por aclamação, as seguintes decisões e encaminhamentos:

1. Firmar o entendimento de que as medidas previstas pela Reitoria para sanar a crise financeira da PUC-SP já estão sendo implementadas, contradizendo, assim, os termos em que a princípio foram encaminhadas, ou seja, como peças para discussão, análise e abertura para possíveis outras medidas.

2. Rejeitar, tal como já o fizeram os professores na Assembléia da APROPUC, o conjunto das medidas propostas que desrespeitam direitos trabalhistas básicos (não pagando o salário integral até o 5º dia útil, nem as



multas decorrentes dos atrasos, como é previsto em lei, por exemplo) bem como rejeitar o desrespeito ao acordo coletivo de trabalho em cláusulas importantes (cortando benefícios, propondo parcelamento a perder de vista dos reajustes salariais acordados); medidas que em nome da inevitabilidade estão sendo adotadas sem qualquer constrangimento.

3. Apoiar, por meio de divulgação e de participação, a realização de um Fórum representativo, com participação dos três segmentos da comunidade universitária, com a finalidade de a) organizar uma pauta de discussão que contribua para a resolução da crise financeira da PUC-SP e b) desenvolver formas de orga-

nização que contribuam para a elaboração de um projeto acadêmico da Universidade, sob as premissas inegociáveis e historicamente conquistadas, no plano institucional e político do país.

4. Atuar de modo a fortalecer as entidades representativas dos professores (APROPUC), dos funcionários (AFAPUC) e dos alunos (CCA e APG), visando contribuir para a articulação entre os segmentos da Universidade e para a superação de oposições, tanto reais quanto artificialmente alimentadas com a finalidade de isolar e opor os segmentos uns aos outros, tais como professores versus funcionários, funcionários versus alunos, graduação versus pós-graduação, entre tantas outras.

5. Defender nos colegiados pertinentes (no caso da pós-graduação, a Coordenação Geral dos Programas de Pós-Graduação – CGPG), formas de organização para fomentar o debate e encaminhar deliberações sobre essas questões, tendo como base os programas e os segmentos que eles integram.

Cientes dos limites e das obrigações políticas que nos cabem, esperamos contribuir para a resistência a um projeto que, reduzido aos ajustes de fluxo de caixa, se vitorioso, representará uma derrota histórica, institucional, acadêmica e política de nossa Universidade.

A íntegra das deliberações da Assembléia do Programa poderá ser encontrada, a partir de 7/10/2003, no site do Programa: www.pucsp.br/pos/ehps.

Matéria enviada pelos docentes do Programa EHPS, em 2/10/2003.

ANTONIO
VALVERDE

PUC-SP: prudência, diplomacia e firmeza

A condição atual da PUC-SP, como diria Hegel, é uma daquelas “situações diplomáticas”...

Tudo o que foi projetado desde o final dos anos 60 – pelos professores Joel Martins, Casemiro dos Reis Filho, José Nagamine, Eliney Gomes, Geraldo Pinheiro Machado, entre outros, inspirados no Documento de Buga (Colômbia) – em termos de abertura de horizontes acadêmicos e progressos intelectuais, de par com os avanços da democracia interna e a expansão dos direitos trabalhistas – foi cumprido, de modo excelente. Em consequência disso, a universidade passou de um quase anonimato para a posição de uma das primeiras e mais importantes universidades do país, um avanço, sem dúvida, significativo.

Cumpridas essas premissas, abre-se, mais uma vez, um promissor espaço para novas abordagens, que em perspectiva – e desde que não cancelem as aquisições anteriores – devem materializar o ideário da universidade para os próximos quinze ou vinte anos.

Se, por um lado, houve um significativo progresso intelectual, articulado com direitos trabalhistas, por outro, devemos reconhecer, não foram seguidos por uma expansão da base patrimonial da universidade. Patrimônio, a par do já existente, reforçado por doações de imóveis, ações, bens materiais, direitos, etc..

Para efeitos comparativos, se nem mesmo a Sinfônica de Berlim – em seus melhores dias, sob a batuta do maestro Herbert Von Karajan – conseguiu manter-se somente com a bilheteria, o que dizer da PUC-SP, que nos últimos trinta anos criou poucas alternativas além da receita convencional das mensalidades escolares?

O que fazer? Esse é o desafio imediato.

Como proceder a (re)capitalização e a expansão patrimonial no presente e nas décadas seguintes?

Essa questão escapa ao olhar de um filósofo. Mas, nem por isso, ele pode deixar de sugerir um caminho aparentemente promissor, entre as pedras mergulhadas no rio.

Se não há dúvida quanto às vantagens do investimento na capacitação docente

dos quadros da universidade e o correspondente acesso ilimitado à carreira acadêmica, há indefinição quanto às bases materiais. Parece evidente um descompasso entre a chamada supra-estrutura e o lastro material que deve estabilizá-la.

A Fundação São Paulo e as reitorias, passadas e atual, aparentemente não tiveram maior preocupação em investir em imóveis, ampliar o patrimônio e projetar planos de expansão. Ao contrário, parecem ter confiado, com algum excesso, na Providência Divina. Mas, devemos reconhecer, sob pena de sermos ignorados pela Providência, que a parcela de responsabilidade humana no processo ficou aquém das necessidades de planejamento e realizações.

Como dizia o incomparável professor Eduardo Marinho Milliet: colocar o guizo no pescoço do gato é fácil. O difícil é desatar o nó que nós próprios atamos.

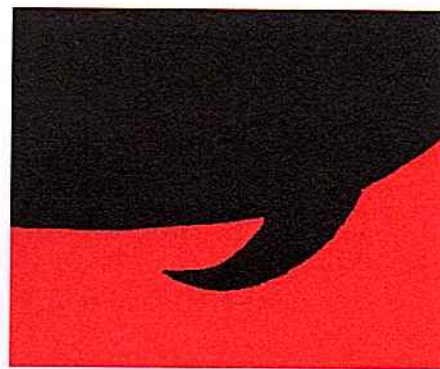
Especificamente, como escapar dessa dificuldade em que nos envolvemos por certo excesso de confiança na boa vontade de nossos reitores?

Parece razoável, a esta altura, substituir o discurso formal por uma prática administrativa mais consistente com o espírito da atualidade. Assim, ao invés dos discursos, nos moldes de Vieira, deveríamos preferir a eficácia da ação. Por exemplo: menos sindicalismo do que já temos no meio universitário, que em outras instituições não floresceria com tantos abusos, excessos, rompanetes, ameaças...

Que tal reajustes salariais pelos índices da Fipe e não do Dieese? Praticamente, todas as instituições que têm concedido reajustes pelo Dieese encontram-se em dificuldades financeiras. O Metrô paulistano é um exemplo disso.

Parece procedente lembrar também que feudos, enquistados em nosso meio acadêmico, não são sequer questionados. Por que essa tolerância?

Um vice-reitor administrativo que, recentemente, soube negociar com bancos de modo vantajoso para nossos cofres, que soube fechar torneiras com habilidade, que nos pagou quatorze salários em um ano – os doze regulares, mais um décimo-terceiro salário em atra-



so e o do correspondente ao ano em curso –, que alinhou nossas dívidas junto ao FGTS e outras, surpreendentemente perdeu o cargo. E a comunidade desconhece os motivos de sua exoneração. Aquele vice-reitor representou uma esperança de estabilização financeira e, talvez, de (re)capitalização da PUC-SP a médio prazo.

O que houve? O que se passou?

Penso que neste momento em que nomes são lançados como candidatos a reitor, devemos, antes mesmo de nomeá-los e defenestrá-los, listar uma série de princípios e normas que o próximo reitor deverá cumprir. E só depois deveríamos considerar os nomes.

Até agora nossos reitores têm sido, de modo geral, pessoas bem intencionadas. Mas nossa necessidade, neste momento, é combinar boa intenção e eficiência administrativa. Ações que não comprometam conquistas trabalhistas, mas que sejam capazes de criar uma base patrimonial para a PUC-SP. Assim, em situações de crise econômica, teremos uma reserva financeira para contornar emergências.

Se encontrarmos alguém com este perfil, certamente deveremos confiar a ele a tarefa de materializar essas considerações, levando em conta que as premissas iniciais da universidade foram todas cumpridas. Menos no item patrimonial.

Frente à “situação diplomática” da PUC-SP, recomenda-se prudência combinada à firmeza. Sobretudo às margens das inscrições para o vestibular para 2004.

Antonio Valverde é professor do Departamento de Filosofia da PUC-SP e do de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração da FGV



FABIO
MARIANO

A crise como superação das nossas incertezas

Fiquei muito grato ao ler a edição especial do *PUCviva* intitulada *Tribuna da Crise*, não pela crise é claro, mas pelas manifestações recebidas da comunidade puquiãna por meio deste veículo de comunicação.

É certo que os impasses gerados pela grave situação financeira por que passa a instituição são muitos, as soluções certamente não virão num passe de mágica, o momento exige clareza e, mais do que isso, disposição para o entendimento e o enfrentamento do momento por que passamos.

Neste momento, deve haver uma ação madura, para que não se incorra em erros de atitudes que levem a discussão ao engessamento, isso com certeza seria admitir nossa incapacidade de ação frente a mais uma crise.

A universidade precisa ser pensada como um todo e por todos os segmentos que a compõem – professores, funcionários e alunos. Cada um, no seu

pólo de ação, deve fomentar a discussão, questionando a crise e se dispondo à apresentação de alternativas. Essas alternativas, talvez, tenham uma certa dificuldade de ser geradas, cada um no seu âmbito procurará analisar, discutir e sugerir a partir da sua atuação, por isso talvez as dificuldades se apresentem de forma tão acentuada. Propor um modelo de gestão requer caminhos de diálogo e paciência.

Penso que um primeiro aspecto que deve ser pensado e refutado se dá a partir do famoso dito popular de *não desejar aos outros aquilo que não queremos pra nós*. Desejar que o salário dos funcionários administrativos também seja parcelado a fim de se garantir a isonomia entre os trabalhadores da universidade é cair numa armadilha e reforçar o discurso da segmentação. É preciso reivindicar direitos a todos e partilhar os deveres.

Partindo desta perspectiva, outro aspecto em que acredito

é que o “não” muitas vezes dito e repetido não significa necessariamente uma medição de forças entre todos os envolvidos, mas sim um convite a uma reflexão de que outras saídas são possíveis. É preciso estabelecer o meio-termo. Afinal, dentro do jogo democrático não há de se esperar que as divergências não apareçam.

Partindo daí, um objetivo a ser estabelecido formalmente e que tem sido muito cogitado é a instauração de um Fórum de discussão. Desta forma, ele deve ser organizado, qualificado e convocado, dando oportunidade para que a comunidade se manifeste responsavelmente sobre o modelo de universidade que queremos. Com certeza, a partir daí um salto qualitativo nas nossas discussões será dado, para a superação das nossas incertezas.

Fábio Mariano é supervisor acadêmico-administrativo da Faculdade de Ciências Sociais e aluno do programa de pós graduação em Direito

ASSEMBLÉIAS

Funcionários

6/10

**segunda-feira
14h - sala 333**

- pagamento de salário
- crise da universidade
- denúncia do Acordo Interno
- indicativo de greve

Professores

8/10

**quarta-feira
18h - sala P-65**

- atraso de salários

São Paulo, 02 de outubro de 2003.

CARTA DE REPÚDIO ÀS “MEDIDAS PROPOSTAS PELA REITORIA”

À
REITORIA

O documento “Medidas propostas a APROPUC e a AFAPUC para enfrentamento da crise na universidade” encaminhado pela Reitoria foi rejeitado na assembléia dos professores no dia 08/09 por contrariar as cláusulas sociais acordadas ao longo destes anos e por indicar prejuízos salariais, assim como a suspensão do acordo firmado neste ano de 2003, relativo às cláusulas econômicas e ainda, pelas razões que seguem abaixo:

Os docentes, em Assembléia do dia 25 de setembro p. p. rejeitaram ainda o documento OFR 588/2003-SAB do dia 22 desse mesmo mês no que reiterava o anterior e deliberaram ainda, apresentar manifestação de repúdio ao tratamento que a Reitoria vem conferindo aos docentes e funcionários dessa Instituição.

A carta encaminhada pela reitoria a APROPUC e a AFAPUC, datada de 22 de setembro p.p. expressa o menoscabo dos dirigentes máximos desta Universidade por aqueles que cotidianamente e por longos anos constituíram e sustentam o bom nome da instituição.

Os méritos acadêmicos da PUC-SP são méritos dos seus trabalhadores mas a Reitoria, no seu discurso, vem se apropriando desses méritos se arrogando a condição de **único espaço** competente, lúcido e responsável para propor, deliberar e determinar, sem criar o espaço de escuta adequada de seus trabalhadores.

Há oito anos essa Reitoria, encarregada que é de consolidar as diretrizes políticas gestadas pelos diferentes segmentos desta instituição e responsável direta por sua gestão, assumiu junto à comunidade o compromisso de buscar soluções que definitivamente eliminassem a crise estrutural que a afeta sem menosprezar o projeto acadêmico. Neste sentido, solicitou a colaboração da comunidade, principalmente dos docentes, para somarem esforços nesta empreitada.

Comprometidos com a instituição, inúmeros professores, seja individual ou institucionalmente, ampliaram iniciativas que impulsionassem esta Universidade em direção contrária à “crise”. Buscaram oportunidades de captação de recursos, seja na forma de convênios seja na gestão de novos cursos; ampliaram frentes de trabalho entre outras atitudes se manifestaram em diversas ações que foram implementadas ou sugeridas à Reitoria. Muitas se viabilizaram, nem sempre com o esperado apoio da Reitoria, e outras foram ignoradas ou analisadas como inviáveis por diversas razões.

Ora, nas primeiras linhas do documento, a Reitoria se trai e apresenta a leitura estreita com que está interpretando a crise da Instituição e como está projetando suas soluções. Além de não reconhecer que a ampliação da receita adveio, por um lado, destas iniciativas de seus trabalhadores e que por outro lado, concretamente a Reitoria efetivou quase que exclusivamente o aumento das mensalidades e neste momento transfere para a comunidade acadêmica o ônus da permanência da crise passando a responsabilizá-la como um todo.

A repetição *ad nauseam* do lema vazio de que se trata de uma instituição pública ainda que não estatal não consegue disfarçar sua própria vacuidade. A Reitoria não

consegue elaborar propostas afirmativas no âmbito administrativo acadêmico, mas apenas atitudes de controle econômico da instituição pois o item 3 de um dos documentos sob o título de "Propostas de aperfeiçoamento da gestão acadêmica respeitando os projetos acadêmicos e curriculares aprovados pela Universidade" não passa de uma forma de viabilizar o controle da situação de alunos irregulares; a supressão de turmas para viabilizar dispensas e definir contratos de trabalho considerando a relação crédito/aluno matriculado.

O espanto e o desassossego dos professores decorrem do ineditismo de serem tratados como vilões - professores habituados ao diálogo, portadores do mérito da excelência acadêmica desta Universidade, estão sendo ameaçados, pelas medidas apresentadas num descompasso com o caráter democrático tantas vezes apregoado.

Assombra ainda mais os professores o tom prepotente, ameaçador e acusatório subliminar, utilizado nos documentos recebidos onde a Reitoria apresenta um rol de mazelas ocorridas na Universidade ao longo de sua gestão. Na ânsia de solucionar, se afirmar portadora de um projeto e dedica-se a denunciar horas contratuais aumentadas mais as que matrículas, elevação de salários sem equiparação com as mensalidades, reiterando o descompasso não só acadêmico como administrativo.

A quem cabe a responsabilidades desses desequilíbrios entre as despesas e as receitas?

Para si a Reitoria imputa as glórias: aos professores, funcionários e alunos, os erros. Este teor fere o propalado princípio da democracia que todos reafirmamos mas que, neste momento, necessita ser concretizado e reconhecido enquanto prática social para que relações de respeito e reconhecimento mútuas sejam retomadas. É indispensável que esse tom seja revertido para que se mantenha o diálogo.

Não é preciso chamar o corpo docente a colaborar; pois é tão somente isso que ele faz no trabalho cotidiano. Ninguém melhor que os professores para dizer quais são as conquistas acadêmicas desta Universidade e quais as dificuldades para mantê-la com qualidade socialmente reconhecida.

Pedir colaboração acena com cortes justificados numa idéia de redução de oferta de disciplinas nas grades dos cursos, com o desmantelamento a médio e longo prazo dos planos acadêmicos: alterando o número de vagas e contratos com o estrangulamento de iniciativa como o fechamento de publicações acadêmicas é, no mínimo um ante projeto, baseado em um anti-diálogo de um ante-gestor.

As dificuldades são muitas e complexas. Conseqüentemente, exigem soluções equivalentes. A comunidade acadêmica reconhece e está disposta a discutir as soluções pensando em projetos gestados no seio das instâncias acadêmicas adequadas e não na emergência do caos administrativo onde os que mais sofrem no momento são aqueles que não recebem os seus salários na forma da lei e ainda assim se mantêm dignamente em sala de aula para não acirrar prejuízos acadêmicos já vislumbrados.

Com isto conclamamos:

- os efeitos da crise não sejam transferidos para os docentes, funcionários e alunos;
- que as medidas propostas sejam retiradas e que se viabilize um Fórum de gestão partilhada da crise pois tais medidas se implementadas, minarão o compromisso que se mantêm historicamente de professores e funcionários com a Instituição.

ASSEMBLÉIA GERAL DE 25/09/2003

APROPUC